

**IAC no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.122.252 - MG
(2017/0147625-2)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : DANIEL DONIZETE GONÇALVES
ADVOGADOS : JOSYELLEN CRYSTHYNA MARTINS DE ARAUJO -
DF039808
LUIZ HENRIQUE TAVARES MARTINS E OUTRO(S) -
MG150724
AGRAVADO : PAULO DONIZETE MACIEL
AGRAVADO : JOAO BATISTA DE MELO
ADVOGADO : ANA PAULA DE PADUA LAGO SILVA - MG069472

DECISÃO

Às fls. 575-579 e-STJ, DANIEL DONIZETE GONÇALVES requer a instauração de Incidente de Assunção de Competência *"para deliberar sobre a relevância do direito suscitado, bem como sobre sua repercussão social, quanto a interpretação dos requisitos de admissibilidade do Recurso Especial frente a sua índole constitucional, acesso a ordem jurisdicional, contraditório e ampla defesa, e a função essencial de conferir segurança jurídica e igualdade na aplicação da lei infraconstitucional"*

Em síntese, aduziu o requerente ser de extrema relevância a questão, haja vista a proliferação de decisões causuísticas quanto à admissibilidade do apelo nobre. Enalteceu a natureza constitucional dessa via recursal, bem como a missão conferida ao Tribunal da Cidadania pela Carta Magna, como forma de garantir o contraditório e ampla defesa, ponderando que esses princípios deveriam prevalecer sobre o extremo formalismo.

Petitório idêntico às fls. 580-584 e-STJ.

O pedido não comporta deferimento.

1. Inicialmente, ressalte-se que a instauração de Incidente de Assunção de Competência é decisão discricionária do relator, conforme o disposto no art. 947 do CPC/15 e nos artigos 271-B e seguintes do RISTJ, ainda que seja possível a provocação pela parte, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

2. Ademais, conforme os artigos 257-A §1º e 271-C, ambos do RISTJ, caberá ao relator verificar se a insurgência afetada preenche os requisitos recursais específicos e, ainda, indicar com precisão a questão a ser discutida. A proposta de afetação formulada pela parte não preenche quaisquer dos requisitos.

Primeiramente, porque seu agravo em recurso especial não foi conhecido, de modo que não há possibilidade de discussão dos requisitos de admissibilidade do apelo nobre. Depois, porque a questão sugerida é extremamente ampla, inviabilizando a instauração de IAC.

Prejudicada a petição de fls. 580-584 e-STJ, de conteúdo idêntico à presente.

3. Do exposto, indefere-se o pedido formulado às fls. 575-579 e-STJ, prejudicada a petição de fls. 580-584 e-STJ.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator